

Evasão em Instituições de Ensino Superior: Razões e Perspectivas de Mudança deste Cenário

Viviane de Senna

Resumo: O presente artigo aborda a temática da evasão. O estudo foi aplicado com alunos matriculados em um curso de graduação de uma Instituição de Ensino Superior. Considera-se evasão como o afastamento de alunos do curso e da IES a qual estão matriculados antes do final do curso, ou seja, sem completar o ciclo formativo. Tem-se por objetivo investigar os motivos que influenciam na decisão para a evasão e permanência dos alunos do curso, bem como, desenvolver um método de identificação prévia dos potenciais evadidos para agir na redução desse quadro. Para desenvolver a pesquisa, que se classifica em descritiva, de cunho qualitativo e quantitativo, serão utilizados os procedimentos metodológicos entrevistas semiestruturadas com docentes e discentes do curso em estudo. Deste modo, tem-se como expectativa contribuir com o avanço do conhecimento a respeito dos motivos que contribuem para a evasão, bem como as mudanças organizacionais que podem auxiliar para a redução. Os resultados obtidos apontam para vários motivos, contudo em destaque estão os problemas de cunho emocional e psicológico dos discentes ou de familiares.

Palavras chave: Evasão, Ensino Superior, Gestão do Ensino Superior.

Evasion in Higher Education Institutions: Reasons and Prospects for Changing this Scenario

Abstract: The article This article deals with the theme of evasion. The study was applied to students enrolled in an undergraduate course of a higher education institution. It is considered evasion as the removal of students from the course and the HEI which are enrolled before the end of the course, ie without completing the training cycle. The objective is to investigate the reasons that influence the decision to evasion out and permanence of the students of the course, as well as to develop a method of prior identification of the evaded potentials to act in reducing this situation. To develop the research, which is classified as descriptive, qualitative and quantitative, will be used the methodological procedures semi-structured interviews with teachers and students of the course under study. Thus, it is expected to contribute to the advancement of knowledge about the reasons that contribute to evasion, as well as organizational changes that may help to reduce. The results obtained point to several reasons, however, highlighting the problems of emotional and psychological nature of the students or family members.

Key-words: Evasion, Higher Education, Higher Education Management.

1. Introdução

A educação está em crise. Essa crise vem sendo descrita e debatida desde o século passado, pois em 1957, Hannah Arendt definiu como um problema político de primeira grandeza, que ocorre na América. Atribuiu como explicação para tal, o fato de que a formação do continente decorre do efeito migratório originário de diversos países europeus. Por isso, somente através da educação é possível unificar ou fundir, pelo menos parcialmente, os diversos grupos étnicos existentes.

Essa explicação pode ser inferida para a atualidade, contudo aplicam-se ainda a inclusão de outros questionamentos como: Qual é a crise? O que não está funcionando? São os métodos utilizados? São os conteúdos que estão desatualizados? São os recursos aplicados? São os profissionais envolvidos? O que precisa ser modificado? É missão de todos os envolvidos no processo educacional investigar os motivos que potencializam essa crise e, sobretudo vislumbrar alternativas para sair dela ou, pelo menos, reduzi-la.

Apesar da consolidação da educação como direito de todos, previsto na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e o Plano Nacional de Educação (PNE/2014), é responsabilidade do Estado garantir esse direito. No entanto, ainda que exista essa garantia, nem todas as pessoas ingressam ao ensino superior, ou, o fato de ingressar não é garantia de que todos tenham condições de permanecer e obter sucesso.

O ensino superior, no Brasil, está marcado por uma quantidade significativa de estudantes que ingressam no sistema universitário, mas não concluem o curso. Essa interrupção do ciclo de estudos, por trancamento ou cancelamento da matrícula, durante seu desenvolvimento é denominada evasão. A evasão gera diversos problemas administrativos para as Instituições de Ensino Superior – IES, tanto públicas como privadas.

O investimento do governo no ensino superior gerou a oportunidade de qualificação para uma parcela maior da população. Oriundas desses investimentos surgiram novas formas de ingresso nas universidades públicas e privadas. Tem-se como exemplo, os programas mais difundidos para ingresso em instituições privadas, o Programa Universidade para Todos – PROUNI e o Programa de Financiamento Estudantil – FIES. Através da adesão a programas como esses os alunos conseguem ingressar às Universidades privadas, porém esse ingresso não é a garantia de conclusão do curso.

A permanência dos alunos nos cursos, assim como a gestão universitária tem sido um dos desafios enfrentados pelas IES. Em função do grande avanço das transformações ambientais, combinada com a crescente competitividade do mercado exige das instituições adaptabilidade e constantes mudanças (LEITÃO, 2010). Entretanto, é importante que as IES consigam mapear quais as interferências dessas alterações sociais na vida acadêmica dos alunos.

Além disso, é importante saber quem são os acadêmicos que compõe o curso, sua formação prévia e as dificuldades que possuem oriundas dos ensinamentos básicos, ou seja, fundamental e médio. Conhecendo tais deficiências do processo educacional, é possível agir com o intuito de saná-los ou, ao menos, reduzi-los, de maneira que não sejam impeditivos para o desenvolvimento acadêmico e profissional do aluno.

O excesso de casos de evasão pode gerar uma grave crise institucional, que se estende para toda a comunidade com implicações sociais, acadêmicas e econômicas. De acordo com Arendt (1957), uma crise só se torna desastrosa quando pretendemos responder quais são suas origens e consequências com ideias feitas, quer dizer, com preconceitos. Por isso, e ainda, todos os demais fatos expostos até o momento têm se como intenção de estudo o seguinte problema: Quais os maiores desafios a serem superados em uma Instituição de Ensino Superior para a redução da evasão do curso?

Objetivo é conceituado como é a situação que se deseja ao final de um estudo (MARION, DIAS, TRALDI, 2002). Para a realização do presente estudo foram definidos os seguintes objetivos: como objetivo geral pretende-se investigar os motivos que influenciam na decisão para a

evasão e permanência dos alunos do curso, bem como, desenvolver um método de identificação prévia dos potenciais evadidos para agir na redução desse quadro. Para o alcance do objetivo geral espera-se atingir os seguintes objetivos específicos: conhecer o perfil dos alunos, dos egressos e dos evadidos do curso; verificar os motivos determinantes para que o aluno opte pelo trancamento, cancelamentos ou ainda a infrequência; indicar possíveis soluções ou encaminhamentos para reduzir a evasão do curso.

Quanto maior a quantidade e a qualidade da informação obtida pela IES em relação as necessidades e carências dos discentes e docentes maior a capacidade de resposta rápida e ação sobre as possíveis ameaças. No que se refere a evasão, ao identificar que o aluno está apresentando indícios de distanciamento do processo de ensino, abre-se a oportunidade de atuação para a reversão antes de uma reprovação por infrequência ou trancamento do curso. Para Matos (2011) a capacidade que uma instituição possui de mudanças organizacionais indica o quanto ela é competitiva.

O conhecimento das potencialidades e das fragilidades institucionais auxilia processo de criação de estratégias para tornar o ensino mais atrativo e com isso, manter o interesse dos alunos, bem como reduzir a evasão. Por isso, visando atingir o problema e os objetivos definidos, este projeto está estruturado em cinco seções: Introdução, Referencial Teórico, Metodologia, Resultados e Discussões e Considerações Finais.

2. Histórico do Ensino Superior no Brasil

No Brasil, o ensino superior iniciou a partir do século XVI, com os cursos de Filosofia, Teologia, Direito Canônico, Direito Civil e Medicina pela Universidade de Coimbra (SOARES, 2002). Nesta época, estabelecimentos de ensino eram gestados pelos padres jesuítas que, a partir de 1759, foram expulsos do reino português e do Brasil. Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, surgiu a necessidade de capacitar profissionais para a atuação no setor público, bem como, profissionais liberais. Após o ano de 1808, Salvador passou a sediar cursos de Medicina, e posteriormente foi criada, no Rio de Janeiro, uma Escola de Cirurgia.

Em 1827, foram criados dois cursos de Direito, um em Olinda e outro em São Paulo (SOARES, 2002). No início de século XIX existiam em torno de 24 escolas de ensino superior no país. Em 1920, foi criada a primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, enquanto, no restante do Brasil, somavam 150 IES, a maior parte privada oriundas da igreja Católica.

Após a Proclamação da República (1930) o ensino superior começou a expandir. Em 1931, foi aprovado o Estatuto das Universidades Brasileiras, e efetuada a reforma educacional confirmando o que a Constituição da República já fizera, ou seja, o sistema de ensino superior passou a ser aberto para a iniciativa privada (PEREIRA, 2003). Em 1933, o setor privado era responsável por 64,4% dos estabelecimentos e por 43,7% das matrículas no ensino superior, passando a quase 50% em meados de 1945.

De 1945 a 1960, triplicou o número de matrículas totais, contudo a participação das matrículas privadas diminuiu para 41,2%, em função da criação das universidades estaduais, da federalização das IES e do barateamento das taxas cobradas nas instituições públicas. No início dos anos 50 essas taxas foram extintas e a Universidade pública passou a ser gratuita. Surgiram em 1951 o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior – CAPES, destinados a fomentar a pós-graduação, e com isso desenvolver a pesquisa científica (PEREIRA, 2003).

A Lei nº 4.024 promulgada em 1961, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, reforçou

o modelo tradicional de instituições de ensino superior vigente no país (SOARES, 2002). A nova Lei fortaleceu a centralização do sistema de educação superior, contudo, assegurou a representação estudantil nos colegiados, e ainda concedeu significativa autoridade ao Conselho Federal de Educação, com poder para autorizar e fiscalizar novos cursos de graduação.

Entre os anos de 1964 e 1980, o número de matrículas no ensino superior passou de cerca de 200 mil para 1,4 milhão (PEREIRA, 2003). Neste período, a expansão da rede privada ficou restrita aos maiores centros urbanos localizados nas regiões Sudeste e Sul do país. No período de 1980 a 2003, o Brasil foi atingido pela crise econômica fazendo com que o número de vagas não se elevasse nas mesmas proporções anteriores, passando de 404.814 em 1980 para 466.794 em 1989 na rede pública. Na rede privada aumentou 8,6% nos anos 80, passando de 885.054 em 1980 para 961.455 em 1990.

A partir da Constituição Federal de 1988, 18% da receita anual, de impostos da União, foi destinado para a manutenção e o desenvolvimento do ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96 introduziu o processo de avaliação dos cursos de graduação e das IES e conseqüentemente uma série de critérios com foco na melhoria do ensino e das condições de trabalho do corpo docente. Com a edição do Decreto 2.306/97, foram instituídas mudanças em relação ao percentual mínimo de titulação docente.

A partir dos anos 90 se teve o aumento da educação a distância vinculada em ambientes interativos. Na década de 2000 iniciou o processo de descentralização das IES, oferta de novos cursos e expansões de novas carreiras. Em contraponto a essa expansão de oportunidades passou a ocorrer a redução de alunos formados, ou seja, um aumento significativo da evasão.

O sistema educacional brasileiro passa por constantes modificações em função das alterações legislativas e políticas administrativas a que o Ensino Superior esteve e continua vinculado. Apesar disso, em 2016 o sistema de ensino superior continha 8.052.254 matrículas de acordo com o último censo da educação superior. As IES privadas têm uma participação de 75,3% (6.058.623) das matrículas e a rede pública, 24,7% (1.990.078) (BRASIL, 2016). As mudanças legais estão sempre ocorrendo, vinculadas as políticas públicas e as necessidades da população, conforme os preceitos de cada governo, cabe as IES públicas e privadas as adaptações.

2.1 Evasão no Ensino Superior

Os estudos sobre a evasão em cursos de graduação se tornaram mais frequentes a partir de 1995. Neste ano, o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB promoveu o Seminário sobre Evasão nas Universidades Brasileiras que contribuiu para que a discussão se tornasse mais ampla. No Seminário a Secretaria de Educação Superior (SESu) informou como indicador uma evasão média de 50% nas IES Federais (PEREIRA, 2003). Como resultado dos debates foi constituída a Comissão Especial de Estudos sobre Evasão, através da Portaria SESu/MEC, que tinha por objetivo verificar o desempenho das IES Federais (VELOSO, 2002).

A Comissão efetuou a definição de conceitos básicos do objeto de estudo (PEREIRA, 2003):

Evasão de curso – quando o estudante desliga-se do curso superior em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), trancamento, exclusão por norma institucional; **Evasão da instituição** – quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado; **Evasão do sistema** – quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino superior.

A evasão pode ser resultante das mais variadas causas, por exemplo, características pessoais do aluno incompatíveis com as habilidades de estudos necessárias para o desenvolvimento do curso; incompatibilidade com o Projeto Pedagógico do Curso, com a metodologia empregada pelos docentes, ou ainda, com a estrutura da IES; condições de mercado ou desempenho da atividade profissional que dificultam ou impossibilitam a rotina de aulas; entre outras tantas razões.

Ainda que, a evasão seja resultante da decisão e da motivação do aluno, a intervenção da IES pode reduzir sensivelmente as dimensões deste problema, sobretudo naqueles cursos em que as taxas são mais elevadas. São possíveis alterações em currículos, adequação de metodologias de ensino e de processos de avaliação como forma de prevenir a saída temporária ou definitiva do aluno, reduzindo os custos de perda do cliente (PEREIRA, 2003).

A redução da evasão, além de um benefício administrativo para as IES também pode ser considerado um dever institucional, pois é necessário mostrar aos alunos a importância da formação, e quanto esta será benéfica ao seu futuro profissional, provocar essas reflexões faz parte do ato de educar. Para Marcelo (2009, p.8), “ser professor no século XXI pressupõe assumir que o conhecimento e os alunos se transformam a uma velocidade maior a que estávamos habituados e que, para continuar a dar resposta adequada ao direito de aprender do aluno”.

2.2 Gestão da Qualidade no Ensino Superior

As constantes mudanças ambientais fazem com que as IES possuam estratégias para assegurar a qualidade do ensino prestado e para atender as expectativas depositadas pela sociedade em relação a sua manutenção organizacional. Para Bauer (2009), diante de um ambiente instável, as organizações que possuem maior chance de sobreviver são as instáveis, ou seja, as de fato mutáveis.

Todas essas alterações macro ambientais tem provocado nas organizações a necessidade de aumentar as mudanças incrementais e evolutivas. Leite (2016) indica que o processo de mudança testa o aspecto humano e a necessidade de gerenciamento para controlar a capacidade de lidar com as sensações suscitadas pela situação. Já para Wood Jr, (2009) é qualquer transformação de natureza estrutural, estratégica, cultural, tecnológica, humana ou de qualquer outra, capaz de causar impacto em partes ou no conjunto da organização.

Nas IES o desafio de adaptação, as mudanças ambientais, é bem expressivo, pois além de preparar os acadêmicos para o mercado de trabalho precisam seguir diferentes regulamentações e planos previamente estruturados. Dentre esses se podem citar o Projeto Pedagógico do Curso – PPC, as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN do curso de graduação e suas respectivas dimensões, sem perder o foco no objetivo principal, o perfil desejado do egresso, suas competências e habilidades, e de questões específicas como “capacidade crítico-analítica para avaliar as implicações organizacionais com o advento da tecnologia da informação.” (BRASIL, 2004, p. 6)

Gerir com qualidade uma IES vai além da manutenção das três dimensões constantes no Projeto Pedagógico do Curso – PPC, que são Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Infraestrutura. É necessário planejar com antecedência, como tornar a IES atrativa a novos alunos, visível para a comunidade acadêmica, referência em excelência dos serviços prestados. Outras questões relevantes à gestão que podem ser citadas são como desenvolver uma parceria com o corpo docente para que este perceba a importância do seu papel dentro

da instituição, incentivar aulas diferenciadas e metodologias que incentivem o aluno a ser o responsável pela sua própria formação, ou seja, autônomo.

A gestão democrática está “em mudança de paradigmas que fundamentem a construção de uma Proposta Educacional e o desenvolvimento de uma gestão diferente da que hoje é vivenciada” (FERREIRA e AGUIAR, 2011, 148). Todas as questões apontadas devem estar em harmonia com as necessidades de qualquer empresa para sua manutenção e sobrevivência, um planejamento adequado para que ocorra equilíbrio produtivo, financeiro e econômico.

3 Metodologia

O estudo será aplicado em um curso de graduação que conta com aproximadamente 175 alunos regularmente matriculados, em um período de análise de primeiro e segundo semestre de 2018 e primeiro semestre de 2019. O curso tem suas atividades acadêmicas presenciais desenvolvidas no turno noturno, no município de Santa Maria/RS. Dentre os matriculados 21 alunos estão em situação de trancamento. Essa situação indica que o aluno possui vínculo com a IES, mas está temporariamente afastado das atividades de sala de aula. Além disso, outros 19 alunos cancelaram a matrícula com o curso e perderam o vínculo com a IES e outros 24 concluíram, quer dizer, se formaram durante o período definido para a pesquisa. Os alunos que cancelaram e os egressos não fazem parte do somatório de 175 alunos.

Esta pesquisa possui caráter descritivo, quanto aos seus objetivos, pois tem como intuito a descrição das características de determinada população, fenômeno, ou ainda, o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2009). Também se classifica em qualitativo e quantitativo, quanto à abordagem do problema, e ainda, em estudo múltiplos casos devido ao delineamento da pesquisa.

Uma pesquisa qualitativa proporciona melhor visão e compreensão do problema, já que sua aplicação também serve de embasamento para selecionar as variáveis e para explicar os resultados de uma pesquisa quantitativa (MALHOTRA, 2006). A realidade subjetiva dos envolvidos é considerada relevante e contribui para o desenvolvimento da pesquisa na construção de uma realidade objetiva, (MIGUEL, 2010), um dos marcos da ciência.

O estudo quantitativo procura quantificar os dados, ou seja, propõe a medição dos resultados através do uso de técnicas de classificação objetivas (GODOY, 1995). Em geral, envolve dados descritivos para compreender fenômenos aos quais se aplica alguma forma de análise estatística (MALHOTRA, 2006). De acordo com Miguel (2010) a mensurabilidade é uma das principais preocupações dessa abordagem, por exercer papel central na pesquisa, pois as hipóteses deduzidas da teoria contêm os construtos. Um dos problemas da operacionalização é a variável representar bem esse construto devido à dificuldade de serem medidos, por se tratar de definições complexas ou apresentarem vários significados. A escala de medida de cada variável deve ser identificada, a fim de que os dados não métricos não sejam incorretamente usados como dados métricos (HAIR et al, 2009).

É também, um estudo de caso, que conforme Miguel (2010) trata-se de uma análise aprofundada de um objeto, com o uso de múltiplos instrumentos de coletas de dados. Para Godoy (1995), o estudo de caso possui caráter qualitativo, contudo, pode comportar dados quantitativos para clarificar aspectos relacionados ao problema de pesquisa. Nesta pesquisa, representa a alternativa metodológica mais apropriada aos objetivos do estudo, pois permite descrever a complexidade do problema e capturar características relevantes e holísticas do cenário e de fatos que indivíduos e organizações experimentam.

Para o funcionamento desta pesquisa, são determinantes quatro aspectos principais, de acordo com Andrade (2004), a descrição, o registro, a análise e a interpretação de fenômenos atuais. Para tanto, a coleta dos dados necessários à análise do problema abordado será efetuada pela aplicação de diferentes métodos. Esses métodos combinarão abordagens qualitativas e quantitativas.

Uma abordagem combinada pode ser utilizada quando existe a necessidade de melhorar a pesquisa para identificar uma tendência de opinião entre os pesquisados, ou seja, entender a natureza das variáveis antes de realizar uma modelagem ou simulação (MIGUEL, 2010). A combinação pode ser denominada como triangulação, que tem como premissa que qualquer viés inerente a um método pode ser neutralizado quando usado em conjunto com outros.

Para a abordagem qualitativa serão observadas as pessoas como um todo em seu ambiente para que não ocorra a perda de variáveis influenciadoras, já que, todo o processo é importante, não apenas seu resultado (GODOY, 1995). Ainda, é caracterizada como um estudo transversal múltiplo, pois a coleta será feita de mais de uma amostra independente de respondentes e a informação será coletada uma vez para cada amostra (MALHOTRA, 2006). Esse tipo de estudo permite comparações no nível agregado pelo fato de ser tomada uma amostra diferente em cada aplicação da pesquisa.

O foco de análise será uma IES privada, a população da pesquisa compreende docentes, discentes e coordenadores de curso de um curso de graduação. A coleta das variáveis oriundas da amostra provém de mapeamento de alunos com infrequências sucessivas, ou seja, alunos que apresentam quatro ou mais faltas consecutivas são questionados para a verificação da razão desse comportamento. Essa verificação se dá, primeiramente via sistema e através do auxílio do corpo docente, que comunica a coordenação do curso, e em caso de repetição o contato é feito pela coordenação. Este procedimento foi adotado para que não incorra na reprovação dos alunos por motivo de infrequência, visto que foram verificados, em períodos anteriores que na ocorrência de muitas faltas durante o semestre aumentava a possibilidade de evasão do aluno do semestre do curso.

Em seguida, as informações repassadas pelo corpo docente são organizada e alunos em situação de trancamento e cancelamento são entrevistados para identificar os motivos dos afastamentos. Por fim, as informações extraídas das variáveis serão analisadas, para que seja possível o processo de inferência e interpretados de acordo com a teoria.

4 Resultados e Discussões

Foram analisadas as informações referentes a três semestres letivos, compreendidos entre os anos de 2018 e 2019 de um curso de graduação da cidade de Santa Maria. Neste período foram registrados em torno de 175 matrículas ativas, sendo 21 em situação de trancamento. Além disso, foram registrados outros 19 casos de cancelamento de matrícula no período e 24 conclusões do curso, ou formaturas. Conforme citado por Bauer (2009), diante de instabilidades é necessário ser mutável, por isso, para antever os possíveis abonos do curso por parte dos discentes a IES adotou o procedimento de verificação constante de frequências e entrevistas com os alunos que solicitam trancamento e/ou cancelamento da matrícula no curso.

O acompanhamento de frequências consiste no monitoramento, por parte dos docentes e da coordenação do curso das repetidas ausências dos discentes das aulas. Num primeiro momento esse acompanhamento é efetuado diretamente pelo próprio professor que tem a

incumbência de verificar o porquê da repetida ausência do discente. De acordo com o motivo apresentado pelo discente, este pode ser encaminhado para a coordenação do curso, ou ainda, para o acompanhamento psicopedagógico ou encaminhamento para algum profissional. Para tanto, cada caso é analisado em função das suas especificidades.

De acordo com os dados secundários, oriundos dos registros efetuados pelos docentes, foram questionados cerca de 66% dos discentes que elencaram como as principais razões para as faltas: 30% dos alunos descreveram atividades extras no trabalho, na atividade profissional que desenvolvem paralelamente aos estudos; 14% apresentaram problemas de saúde, tanto físicas quanto psicológicas; 5% informaram estar com dificuldades financeiras que restringem deslocamento ou exigem horas extras no trabalho; 3% consideram que dificuldades na aprendizagem, em função de precariedade relacionada aos conhecimentos prévios desestimulam a continuidade nos estudos; 14% não informaram ou alegaram outros motivos.

Do ponto de vista da IES o contato entre aluno e professor, o diálogo estabelecido e motivado pela instituição auxilia na manutenção do vínculo entre as partes envolvidas, amplia a sensação de pertencimento dos alunos e gera uma ligação e entrosamento gerado pela preocupação institucional. Quanto mais a IES e os docentes souberem sobre o ambiente dos discentes mais fácil de direcionar alternativas de relacionamento e métodos de ensino e aprendizagem.

Como a maior parte dos alunos informaram que a atividade de trabalho pode ser uma causa das faltas, os professores e a coordenação procuram compreender, mas conscientizar com relação a importância que a formação acadêmica auxiliará na prospecção e alavancagem da carreira profissional a longo prazo. Dos 14% de alunos que informaram algum tipo de doença física ou psicológica a IES pode tentar diluir ou encaminhar alunos com problemas psicológicos para o acompanhamento psicopedagógico para que, ao identificar um problema maior que incorra riscos ao aluno, este seja encaminhado para tratamento junto a profissionais especializados.

Na tentativa de apelar as dificuldades de acompanhamento das disciplinas por falta de conhecimentos prévios, são ofertados aos alunos atividades de nivelamento e acompanhamento dos professores na tentativa de dirimir esses problemas. Os outros motivos, informados por 14% dos alunos, estão envolvidas atividades familiares, como comemorações ou compromissos em outros municípios. Também foram citados jogos de futebol de campeonatos ou fases importantes e cansaço devido a grande quantidade de atividades desenvolvidas de modo paralelo.

Os alunos em situação de evasão do curso, conforme classificação de Pereira (2003), ou seja, em trancamento de matrícula somam vinte e um. O motivo informado por onze alunos foi problemas com a situação financeira ou familiar que impossibilitam a frequência as aulas, quatro alunos mudaram de cidade, mas como estão em período de experiência em novas atividades não querem perder completamente o vínculo e evadir da IES ou do sistema. Outros três alunos estão enfrentando problemas de saúde que inviabiliza o atendimento domiciliar previsto em legislação e três com excesso de atividades no trabalho.

Dos dezenove alunos que efetivaram cancelamento de matrícula durante o período de análise da pesquisa, apenas um indicou incompatibilidade com o curso e informou que irá buscar outro curso, dois informaram mudança de cidade que inviabiliza a manutenção do vínculo com a IES, quatro alunos disseram estar momentaneamente envolvidos em atividade profissional prioritárias, cinco indicaram inviabilidade financeira da continuidade nos estudos

e sete alunos informaram que problemas familiares, como doença de parentes ou não ter com quem deixar os filhos. Considerando a classificação definida por Pereira (2003), todos os casos citados incorreram na evasão do sistema.

Durante o desenvolvimento deste estudo foi possível identificar que o perfil dos alunos do curso é muito variado. São identificadas idades de alunos que vão de dezessete a acima de cinquenta e cinco anos, estima-se que em torno de quarenta por cento destes tem pelo menos um filho, mais de setenta por cento dos alunos exercem atividade profissional ou estágio em turno inverso. Pelo menos vinte por cento dos entrevistados já atuam na área de formação. Essas informações auxiliam a IES e o corpo docente durante o planejamento das atividades do curso, bem como das atividades complementares a serem ofertadas, visto que, auxiliam no mapeamento dos interesses e anseios individuais e coletivos.

5 Considerações Finais

O desenvolvimento de um curso de graduação demanda dos alunos empenho e dedicação por um longo período de tempo e as razões para evadir podem ser muitas. Por isso, se faz necessário mapeá-las com o intuito de identificar a melhor maneira de agir ou as melhores estratégias de auxílio e amparo aos discentes para que estes consigam concluir o curso.

Para descobrir as razões dos alunos evadirem, a IES iniciou mapeando as infrequências, desse mapeamento decorreu a abertura ao diálogo entre professores e alunos. Uma iniciativa gerou outra e como consequência ampliou a rede de relacionamentos internos no curso, e com isso expandiu o conhecimento a respeito do perfil dos alunos, suas necessidades e interesses.

As razões mais marcantes para a evasão do sistema são a falta de recursos financeiros para a manutenção de todas as necessidades, os problemas/dificuldades relacionados a família, incompatibilidades entre carga de trabalho e atividades acadêmicas. Os principais motivos alegados para a evasão do curso foram problemas financeiros, algum tipo de enfermidade com a própria saúde e/ou familiar. Além disso, desentendimentos familiares ou cuidados com os filhos também foram citados. Infrequências foram justificadas por atividades envolvendo a família, excesso de trabalho, dificuldades financeiras, cansaço demasiado e também atividades de lazer.

A maneira utilizada para chegar aos alunos com propensão a evasão foram analisadas as repetições de faltas apresentadas, verificadas via sistema de monitoramento de frequências. Posteriormente os docentes foram incentivados a participar desse monitoramento e fazer contato com esses alunos com propensão a evasão. Esse processo incentivou o relacionamento entre professores e alunos, ampliou o diálogo e gerou uma sensação de pertencimento e integração. Desde modo, foi possível atingir os objetivos do estudo, contudo cuidados para a manutenção desse clima organizacional favorável e integrado devem ser constantemente tomados.

Para próximas pesquisas com o intuito de reduzir a evasão podem ser aplicados questionários junto aos alunos, com o intuito de verificar outras possíveis razões para a evasão e para a infrequência, identificar falhas na parte pedagógica do curso, na metodologia de ensino ou de avaliação. Também pode ser trabalhadas outras formas de relacionamento entre alunos, o curso e a IES que contribuam para o mútuo desenvolvimento.

Referências

ANDRADE. M. M de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**: noções

práticas. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ARENDR, H.. The crisis in Education. Frágil e digna: **Partisan Review**, 25, 4 (1957), pp. 493-513.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAUER, R.. **Gestão de mudanças**: caos e complexidade nas organizações. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 18 set 17

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 18 set 17.

_____. Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em 18 set 17.

_____. MEC. Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017. Dispõe sobre os procedimentos de competência do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP referentes à avaliação de instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de estudantes. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 dez. 2017.

FERREIRA, N. S., AGUIAR, M. A. (orgs.) **Gestão da educação**: impasses, perspectivas e compromissos. 8ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GIL, A. C. **Estudo de caso**: fundamentação científica, subsídios para coleta e análise de dados e como redigir o relatório. São Paulo: Atlas, 2009.

GODOY, A. S. **Pesquisa Qualitativa**: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas – RAE. São Paulo, v.35, n.3, p. 20-29, Mai -Jun, 1995.

HAIR, Jr, J. F.; BABIN, B.; MONEY, A. H.; SAMOUEL, P. **Fundamentos de métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAIR, Jr, J.F.; BLACK, W.C.; BABIN, B.J.; ANDRESON, R.E.; TATHAM, R.L. **Análise Multivariada de Dados**. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

LEITÃO, S. S. **Compreendendo a construção e reconstrução dos valores relativos à competição organizacional (VRCO) no processo de mudança organizacional**: um estudo de

caso. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas) – Programa de Pós-Graduação em Administração de Empresas da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2010.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARCELO, C. Desenvolvimento profissional docente: passado e futuro. **Rev. Ciência da Educação**. Espanha: Universidade de Sevilla, v. 8, p. 7-22. 2009. Disponível em: http://www.unitau.br/files/arquivos/category_1/MARCELO___Desenvolvimento_ProfessionaI_Docente_passado_e_futuro_1386180263.pdf. Acesso em: 18 mai. 2018.

MARION, J. C.; DIAS, R.; TRALDI, M. C. **Monografia para os Cursos de Administração, Contabilidade e Economia**. São Paulo: Atlas, 2002.

MATOS, T. G. C. R. **Gestão ambiental: um estudo das mudanças organizacionais na companhia catarinense de águas e saneamento**. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Curso

MIGUEL, P. A. C. **Metodologia de Pesquisa em Engenharia de Produção e Gestão de Operações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

PEREIRA, F. C. B.. **Determinantes da evasão de alunos e os custos ocultos para as Instituições de Ensino Superior**. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2003. – Florianópolis: 2003.

PEREIRA, J. C. R.. **Análise de dados qualitativos**: estratégias metodológicas para as ciências da saúde, humanas e sociais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

SOARES, M. S. A.. **A Educação Superior no Brasil**. Porto Alegre: Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC – Unesco – Caracas, 2002.

VELOSO, T. C. M. A. **A Evasão nos Cursos de Graduação da Universidade Federal de Mato Grosso, Campus Universitário de Cuiabá 1985/2 a 1995/2** – Um processo de Exclusão. UFMT: Cuiabá, (dissertação de mestrado), 2000.

WOOD JR., T. **Mudança Organizacional**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.